

A privatização da Vale

Josaphat Marinho

A anunciada publicação do edital para a venda da Companhia Vale do Rio Doce confirma a irrevogabilidade do procedimento oficial. Apesar das ponderações no Congresso Nacional e fora dele, e de diferentes origens, o governo permanece irredutível. É provável que já não haja argumento novo a opor à privatização da grande empresa. Há, porém, razões que sustentam, em defesa do interesse nacional. Ninguém, de bom senso, é contrário, radicalmente, à privatização de empresas estatais. No processo de desenvolvimento e afirmação do Estado, no Brasil, houve excessos manifestos, como ocorreu em outros países. É natural, por isso mesmo, que tenham sido criadas empresas desnecessárias, e que não produziram resultados adequados, ou viveram sempre em regime deficitário. Eliminar tais organismos do âmbito do Estado, mais do que faculdade, é dever de governo.

É preciso, porém, não confundir esses aleijões com estruturas fortes e produtivas, como a Petrobras e a Vale do Rio Doce. A Vale, a caminho do fim, é uma organização que se tornou sólida e geradora de riqueza para o país. Multiplicou suas atividades com segurança. Revelou-se dinâmica e competitiva. Enfim: de-

monstrou as qualidades essenciais para permanecer no quadro estatal, e no plano estratégico, por cuidar do domínio mineral. Com muita isenção, Celso Furtado assevera que “o Estado deveria manter controle sobre o menor número possível de empresas”. Mas observa: “Se renunciarmos à Vale do Rio Doce, por exemplo, estaremos nos desfazendo da única empresa brasileira capaz de participar do processo de globalização. Uma empresa do porte da Vale, se privatizada, cairá fatalmente nas mãos de outro Estado: tornar-se-á uma empresa pública dos japoneses ou dos australianos. A Light, por exemplo, não foi privatizada. Passou, simplesmente, para a LDF, uma empresa pública francesa”. Cresce de gravidade essa advertência porque o ilustre economista ressalta que, com a Vale, “temos uma empresa estatal que é considerada modelo mundial no seu setor”.

Em verdade, a situação financeira e as atividades técnicas e econômicas da Vale comprovam a imagem que acaba de ser descrita. No último biênio, a companhia obteve lucro de um bilhão de dólares, como salienta o professor Bautista Vidal, que realça, ao mesmo tempo, tratar-se da “maior exportadora de minério de

ferro”. Ao lado disso, note-se que a empresa alcança um amplo espectro de ações produtivas e de desenvolvimento, detendo riquezas de vulto no campo mineral. Trabalha em nove estados da Federação, tendo quatorze empresas controladas e 26 coligadas, segundo informou seu presidente à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Explora minério de ferro, manganês, ouro, potássio, bauxita e caulim. E recentemente descobriu nova e extensa jazida de ouro e cobre. Possui ferrovias, portos, navios, florestas, siderurgia e outros bens. Conforme esclarece ainda seu presidente, “cada atividade complementa outra, garantindo a sinergia entre os negócios do grupo”.

As múltiplas atividades da empresa constituem, pois, um sistema, o que revela capacidade de organização e de produzir resultados correspondentes aos esforços e recursos aplicados. Daí o empresário Antonio Ermírio de Moraes, visitando Carajás, ter escrito que a Vale oferece, diariamente, um espetáculo de “racionalidade”, e, “mostra que sabe competir” e aumentar seus lucros. Acresce que a empresa é de capital aberto, detendo a União 51% das ações e os acionistas privados 49%. Mantém parceria com investi-

dores nacionais e estrangeiros, assim evidenciando flexibilidade de complexo empresarial moderno e sem preconceitos. Os chamados “direitos minerários” da Vale são de tal porte que, para os avaliar, foram convocadas dezenas de empresas especializadas, nacionais e estrangeiras, conforme documento de caráter oficial. O que o governo nele retrata como prova de prudência, em realidade é confissão de culpa. Se tantos técnicos foram necessários para a avaliação, é porque os bens examinados representam um formidável patrimônio nacional, que deveria permanecer íntegro e inalienável. De qualquer modo, as cautelas que se dizem adotadas não compensam o prejuízo real da alienação e privatização da empresa vitoriosa e detentora de tão grande fortuna coletiva.

Diante de todos esses elementos de convicção, insistir na venda da Vale é, como tive oportunidade de dizer no Senado, não uma decisão de governo, mas um ato de teimosia. Como ato de teimosia é revelação de fraqueza, tanto mais deplorável porque prejudicial à independência política e econômica do país.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia